

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — Diretor Presidente

MARIA REGINA DO NASCIMENTO BRITO — Diretora Executiva

LUIZ ORLANDO CARNEIRO — Diretor (Brasília)

JORNAL DO BRASIL

WILSON FIGUEIREDO — Diretor de Redação

DACIO MALTA — Editor

ROSENTAL CALMON ALVES — Editor Executivo

ETEVALDO DIAS — Editor Executivo (Brasília)

A Hora do Aperto

Aeconomia de mercado pressupõe liberdade empresarial, e nele o Estado deve abster-se da atividade econômica, seja como agente regulamentador, mas, principalmente, como empresário. Muito menos cabe ao Estado estender seu manto protetor às atividades privadas, sob a forma de tarifas contra importações, subsídios e reserva de mercado.

Ao atribuir ao Estado o comando do desenvolvimento nacional, os governos brasileiros, desde a metade do século, talvez tenham formado gerações de empresários nacionais que ainda não conseguiram apreender o verdadeiro sentido da economia de mercado e dos riscos inerentes à função de empreendedor, que é a própria razão de ser da livre empresa.

As economias de mercado alternam ciclos de prosperidade e de recessão, nos quais empresas ficam pelo meio do caminho, no processo da concorrência aberta. A inflação e a recessão não são privilégios do Brasil. Os Estados Unidos estão vivendo novamente uma fase de recessão, com vítimas do porte de uma Pan Am, de um Manufacturers Hanover e do Chemical Bank, que tiveram de se fundir para não quebrarem.

Há alguns anos faliu a alemã AEG Telefunken. A Philips holandesa, inventora do videocassete e do disco-laser, passa por séria reciclagem para enfrentar a eficiente concorrência da Sony. A Europa Unida é a resposta coletiva ao desafio japonês. O mundo está mais concorrente e em acirrada disputa pelos capitais que escasseiam. As empresas procuram abrir o seu capital para atrair novos sócios e tecnologias.

Alguns empresários brasileiros, no entanto, continuam agindo como se o Brasil fosse um paraíso protegido dos males do mundo pelo poderoso Estado brasileiro. E que o Estado, como todo-protetor, não cobrasse o seu preço pelo serviço. O Estado quebrou por excesso de protecionismo à atividade empresarial, e o governo Collor, que está tentando resgatar a credibilidade da massa falida, não pode ser responsabilizado por todos os insucessos empresariais.

O retrospecto das recentes falências e concordatas mostra um ponto comum: até este momento, nenhuma grande companhia de capital aberto foi à garra com a recessão brasileira. As empresas que trataram de abrir o capital no crescimento, democratizando o lucro, tiveram recursos não exigíveis nas fases recessivas e de juros altos. À parte o calote geral, que partiu do governo insolvente, o problema está no excesso de dependência das empresas nacionais ao crédito. Nenhuma economia pode sobreviver com tão baixa capitalização, como a brasileira.

Como dizia Milton Friedman, "não há almoço grátis". Os empresários, que engordaram os lucros como comensais do governo, agora estão sofrendo com o regime de dieta forçada, que o gordo e ineficiente Estado brasileiro teve de fazer, por excesso de colesterol da obesidade e de inflação. A conta está sendo paga por todos, dos trabalhadores privados e

funcionários públicos aos desempregados e empresários.

Quantos empresários brasileiros, de origem agrária ou urbana, não tiveram parte do seu crescimento devido ao apoio ou mesmo às encomendas diretas do Estado? Num país como o nosso, tolerante com o desvio de dinheiro público, os generosos subsídios à agricultura, que o empresário tomava a juros simbólicos para a sua fazenda, se prestaram a reforçar o desempenho do negócio principal, na indústria ou no comércio.

Quanto ao superfaturamento em obras públicas ou no fornecimento de equipamentos para hidrelétricas e para ferrovias, a Nuclebrás e a Petrobrás não ajudaram a engordar os lucros das empresas brasileiras (nacionais e estrangeiras) e mesmo algumas contadas numeradas no exterior?

Seria hipocrisia negar essa velha prática empresarial brasileira de tentar extraír o máximo das relações com o Estado. Começou na República, através do Estado Novo, ganhou impulso no desenvolvimentismo patrocinado pelo governo Kubitschek, sobretudo com a construção de Brasília, e multiplicou-se no período autoritário, quando, no vácuo do fechamento político, a aliança dos burocratas com setores do empresariado elegeu o crescimento econômico e ganhar dinheiro como lemas.

Os gastos se acumularam e o Estado brasileiro sucumbiu ao peso do déficit público coberto pelo endividamento, ao final de 1982, quando entrou em moratória da dívida externa. O descalabro administrativo e financeiro do governo Sarney — agravado pelo irrealismo da Constituinte, que criou despesas para a União sem prover receita e consagrou a autarquiação da economia — empurrou o país para a hiperinflação.

O presidente Collor foi eleito com o compromisso de reverter o quadro de desequilíbrio orçamentário do Tesouro Nacional e de abrir a economia brasileira, reduzindo o papel regulamentador do Estado e desmontando a teia de protecionismo comercial tecida pelos governos em mais de 30 anos. Tais medidas mexem fundo com toda a atividade privada. Sobretudo porque houve o fracasso parcial das duas tentativas de choques heterodoxos, promovidas pela antiga equipe econômica.

A atual, comandada pelo ministro Marcílio Marques Moreira, tem procurado cumprir à risca o figurino ortodoxo, que busca a estabilização econômica, a partir da arrumação da casa do próprio governo. Sem truques, mágicas econômicas ou novos choques, apenas perseguindo a estabilidade das regras, como anunciou o ministro, logo após a posse.

O presidente da Fiesp, Mário Amato, reforça a tese, ao admitir esta semana que, com mais três meses de estabilidade nas regras do jogo, a economia brasileira se relança pôr si mesma. O velho remédio da ortodoxia tem seus efeitos colaterais, mas é ainda o melhor tratamento para se vencer o mal maior, que é a inflação.